

Em defesa dos minoritários

COM APENAS UMA DÉCADA DE EXISTÊNCIA, A ASSOCIAÇÃO DE INVESTIDORES NO MERCADO DE CAPITAIS (AMEC) CONQUISTA RESPEITO E CREDIBILIDADE



Criada para defender os direitos de acionistas minoritários de companhias abertas brasileiras e estimular o desenvolvimento do mercado nacional de ações, a Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) completa 10 anos com muitos motivos para comemorar.

“A Amec tem como missão defender os direitos dos minoritários tendo como base a promoção de boas práticas de governança corporativa e a criação de valor para as empresas”, explica seu presidente executivo Mauro Rodrigues da Cunha.

Para ele, o desenvolvimento do mercado de capitais passa, necessariamente, pelo respeito, proteção e ampliação dos direitos dos minoritários.

“Somos, hoje, o principal fórum de discussões entre investidores institucionais a respeito de práticas de governança corporativa e direitos dos investidores em empresas brasileiras”, orgulha-se Cunha.

Segundo ele, os posicionamentos da Amec têm adquirido cada vez mais o reconhecimento de investidores, empresas e reguladores, “pela relevância e independência com que atuamos”.

Para atingir esses objetivos, a Amec promove debates e discussões entre seus associados, obedecendo a estritas normas de governança interna, incluindo controle de conflitos de interesse. Os temas são discutidos pela Comissão Técnica e,

posteriormente, submetidos a decisões da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo.

“Apesar do orçamento restrito e de contar com uma equipe enxuta, a Amec atingiu uma evidência desproporcional ao seu tamanho, superior à de entidades maiores. Temos 61 associados que representam investidores institucionais, locais e estrangeiros, com mandatos de investimento no mercado brasileiro de ações de aproximadamente R\$ 500 bilhões. Gestores de recursos de diversos países são nossos associados”, diz.

De fato, o impacto das ações da Amec é muito expressivo. “Entramos em bolas divididas, levantando discussões relevantes, como no caso da Oi, das estatais, da Petrobras e da Eletrobras. E nossas ações sempre têm embasamento jurídico e técnico muito forte”, destaca o presidente.

Segundo ele, quando da constituição da Amec, houve grande preocupação com a governança interna. “Como atuamos em temas polêmicos, os fundadores não queriam que a entidade fosse capturada por grupos de interesse. O resultado está na nossa credibilidade”, acrescenta.

Cunha lembra que a Amec foi vista com restrições no início. “Mas o tempo mostrou que estamos certos. Sabemos distinguir o papel da associação e do investidor. Atuamos de maneira sistêmica no que tem impacto para o mercado de maneira geral”.

Código de governança para investidores

Em outubro, data em que comemora 10 anos, a Amec apresentará ao mercado o código brasileiro de *stewardship* – código de governança para investidores – fruto do trabalho de cerca de um ano, capitaneado pela instituição.

Segundo a tendência mundial, o grau de institucionalidade da base acionária das empresas tem aumentado. O presidente da Amec, Mauro Rodrigues da Cunha, lembra que o percentual de ações detidas por fundos de

investimento e fundos de pensão fica cada vez maior. “Como estes são os donos das empresas, se não atuarem como tal as empresas ficarão sem dono.”

Segundo Cunha, é fundamental para a integridade do mercado que os investidores institucionais atuem como donos que são. “Cada investidor institucional, individualmente, tem deveres fiduciários com seus clientes, que vão além da compra e venda de ações. A ação dá direito a um fluxo

AMEC COMEMORA
10 ANOS EM OUTUBRO

de recursos, de dividendos, ganhos de capital, mas ela também dá direito a uma série de direitos políticos. E ignorar estes direitos políticos significa não atender fielmente o dever fiduciário”, afirma.

Qualidade e transparência

Com a qualidade e a transparência de suas manifestações, a Amec conquistou o respeito dos reguladores e autorreguladores.

“No caso da Oi, em 2014, nossa manifestação criticava fortemente a decisão do Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e muita gente a considerou deselegante. Mas nosso posicionamento foi muito sólido. Hoje, a CVM está revisitando a questão em inquérito administrativo. O tempo mostrou que tínhamos razão. Agora, o remédio é punição. O fato é que as pessoas discordam ou concordam, mas respeitam a Amec”, destaca o presidente.

A consistência da Amec é a base de sua credibilidade. Tanto que, hoje, a entidade é procurada por diretores financeiros, presidentes, presidentes de conselhos, que vêm na entidade um *player* crível e

com credibilidade para debater, “porque temos representatividade dos investidores e respeito do mercado”, diz Cunha, que antes de assumir a presidência atuou como conselheiro da Amec.

“Graças à nossa atuação independente e ao embasamento econômico e jurídico de nossos pronunciamentos, conquistamos o reconhecimento de investidores, empresas e reguladores”, orgulha-se Mauro Rodrigues da Cunha.

Ele lembra que a Amec promove debates e discussões entre seus associados, obedecendo a estritas normas de governança interna, incluindo controle de conflitos de interesse. “Os temas são discutidos pela Comissão Técnica e, posteriormente, submetidos a decisões da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo”, explica.

Conquistas

Outra ‘bola dividida’ se deu em relação à Petrobras e alavancou o reconhecimento da Amec no exterior.

“Nosso engajamento na Petrobras começou em 2009, quando passamos a nos manifestar. Queríamos influenciar positivamente a empresa. E conseguimos”, orgulha-se Cunha. A partir de 2011, a estratégia da Amec focou na introdução de conselheiros independentes.

“Quando entramos nesse tema, vimos que a lei brasileira é aberta, mas, na prática, não se conseguia que a empresa colocasse o nome do seu candidato na célula de votação. Tivemos muitos desgastes, mas avançamos paulatinamente”, recorda o presidente.

Em 2013, pela primeira vez, os minoritários conseguiram eleger membros efetivamente independentes para os Conselhos de Administração e Fiscal da Petrobras, a maior empresa brasileira. “Após duas tentativas frustradas, um grupo significativo de acionistas nacionais e estrangeiros conseguiu eleger um candidato de sua escolha para

o Conselho de Administração da estatal, além de dois membros do Conselho Fiscal. Até então, os candidatos eram exclusivamente convidados pelo acionista controlador”, lembra.

Ele enfatiza, ainda, o que julga a maior vitória da Amec: a nova norma de votação à distância (Instrução 561 da CVM), que começa a valer na temporada de assembleias deste ano.

Ao facilitar a participação em assembleias, a norma “pode ter o condão de provocar uma revolução na capacidade dos investidores em exercerem seu papel na governança corporativa de nossas empresas e, por consequência, torná-las melhores, mais competitivas e mais lucrativas”, analisa Cunha.

Segundo ele, ao exercer seu papel, a CVM deu uma verdadeira aula de como deve atuar um bom regulador. “A CVM passou os últimos anos debatendo intensamente com o mercado sobre qual a melhor forma de dar concretude ao voto a distância. Nesse processo, ela partiu de uma determinada visão e teve a maturidade

de alterá-la significativamente a partir do que escutou dos entes regulados. O resultado é uma norma moderna, inteligente e útil, que tem o potencial de revolucionar as nossas empresas abertas”, enfatiza.

Em 2009, a CVM desafiou as entidades de representação do mercado a autorregularem-se em relação a ofertas públicas de aquisição e reorganizações societárias, ao modo e semelhança do Takeover Panel Britânico. Assim nasceu o Comitê de Aquisições e Fusões (CAF), sendo a Amec uma das entidades fundadoras.

“Em maio de 2013, foi criada a Associação dos Apoiadores do Comitê de Aquisições e Fusões (Acaf), associação sem fins lucrativos, que organiza, mantém e administra o CAF”, explica Cunha.

Ele lembra que a demora nas ofertas públicas gera incertezas nos investidores. E o CAF veio para conferir maior agilidade ao processo e as empresas que aderem ao Comitê se comprometem a seguir critérios.



MAURO RODRIGUES DA CUNHA

Código Único de Governança

Agora, a Amec mergulha na criação do Código Único de Governança Corporativa, iniciativa do Grupo de Trabalho Interagentes, idealizado a partir da discussão sobre a Nova Agenda Positiva do Mercado de Capitais, que se deu no Seminário Amec 2011.

O GT Interagentes, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), tem como objetivo construir, envolvendo os setores público e privado, uma agenda positiva capaz de produzir resultados que proporcionem um diferencial competitivo para o Brasil.

O GT é formado por 11 entidades, incluindo a Amec, e tem a CVM como observadora. Participam, entre outras entidades, a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec), a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc), a Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP), a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP).

“A intenção do GT é encaminhar discussões e ações para o fortalecimento das práticas de governança corporativa das empresas e das estruturas de proteção aos acionistas. A

opinião dos associados da Amec é fundamental para que os pleitos dos acionistas minoritários tenham o devido destaque nas ações do grupo”, explica o presidente. Segundo ele, o código será usado pela CVM para balizar o *disclosure*.

NOVA AGENDA
POSITIVA
DO MERCADO
DE CAPITAIS

A Amec também acompanha com interesse os trabalhos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as revisões do International Financial Reporting Standards (IFRS). “Nos manifestamos sobre a combinação de negócios, a consolidação de balanços, enviando, ao lado de entidades parceiras, nossa opinião ao International Accounting Standards Board (IASB). É nossa intenção atuar de maneira firme no IFRS”, finaliza Cunha. ✓